



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

ANO XIII – Edição nº 2065 – 16 de junho de 2023



Mesa Diretora

Presidente: Deputado **Roberto Cidade**
1º Vice-Presidente: Deputado **Carlinhos Bessa**
2ª Vice-Presidente: Deputada **Alessandra Campêlo**
3ª Vice-Presidente: Deputado **Felipe Souza**
Secretário-Geral: Deputado **João Luiz**
1º Secretário: Deputado **Abdala Fraxe**
2ª Secretária: Deputada **Joana Darc**
3º Secretário: Deputado **Cabo Maciel**
Ouvidor: Deputado **Sinésio Campos**
Corregedor: Deputado **Dr. Gomes**

20ª Legislatura

Deputado **Abdala Fraxe**
Deputado **Adjuto Afonso**
Deputada **Alessandra Campelo**
Deputado **Cabo Maciel**
Deputado **Carlinhos Bessa**
Deputado **Cristiano D'Angelo**
Deputado **Comandante Dan**
Deputado **Daniel Almeida**
Deputada **Débora Menezes**
Deputado **Delegado Pérciles**
Deputado **Dr. George lins**
Deputado **Dr. Gomes**
Deputado **Felipe Souza**
Deputada **Joana Darc**
Deputado **João Luiz**
Deputado **Mário César Filho**
Deputada **Dra. Mayara Pinheiro**
Deputada **Mayra Dias**
Deputado **Roberto Cidade**
Deputado **Rozenha**
Deputado **Sinésio Campos**
Deputado **Thiago Abraham**
Deputado **Wanderley Monteiro**
Deputado **Wilker Barreto**

Comissões Permanentes

Comissão de Constituição, Justiça e Redação
E-mail: ccjr@aleam.gov.br

Comissão de Assuntos Econômicos
E-mail: com.cae@aleam.gov.br

Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca, Aquicultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
E-mail: comapa@aleam.gov.br

Comissão de Política Sobre Drogas, Cidadania, Assuntos Indígenas e Legislação Participativa
E-mail: com.sobredrogas@aleam.gov.br

Comissão de Transporte, Trânsito e Mobilidade
E-mail: com.tmu@aleam.gov.br

Comissão de Defesa do Consumidor
E-mail: comissao.defesadoconsumidor@aleam.gov.br

Comissão de Direitos Humanos, Pessoa com Deficiência e Promoção Social;
E-mail: cdhpdps@aleam.gov.br

Comissão de Educação
E-mail: com.educacao@aleam.gov.br

Comissão de Esporte e Lazer
E-mail: comissaodeesporteelazer@aleam.gov.br

Comissão de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos
E-mail: com.opsp@aleam.gov.br

Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento
E-mail: comunder@aleam.gov.br

Comissão de Indústria, Comércio e Zona Franca
E-mail: ciczf@aleam.gov.br

Comissão Turismo, Fomento e Negócios
E-mail: ctur@aleam.gov.br

Comissão da Mulher, da Família e da Pessoa Idosa
E-mail: com.mfi@aleam.gov.br

Comissão de Geodiversidade, Recursos Hídricos, Minas, Gás, Energia e Saneamento
E-mail: cgeodiversidade@aleam.gov.br

Comissão de Segurança Pública
E-mail: com.spública@aleam.gov.br

Comissão de Saúde e Previdência
E-mail: csaudeprevidencia@aleam.gov.br

Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Informática e Inovação
E-mail: cctec@aleam.gov.br

Comissão de Promoção ao Desporto e Defesa dos Direitos das Crianças, Adolescentes e Jovens
E-mail: cjca@aleam.gov.br

Comissão de Proteção aos Animais, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
E-mail: cpama@aleam.gov.br

Comissão de Cultura e Economia Criativa
E-mail: com.cec@aleam.gov.br

Comissão de Empreendedorismo, Comércio Exterior e Mercosul
E-mail: cecem@aleam.gov.br

Comissão de Assistência Social e Trabalho
E-mail: com.ast@aleam.gov.br

Comissão de Ética
E-mail:

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

EXPEDIENTE

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

Responsável pela criação, organização das matérias para publicação e edição do Diário Oficial Eletrônico

EDIÇÃO

Moisés Fernandes Nunes Jr

REVISÃO

Frederico Almir da Silva Araújo

DIRETOR DE INFORMÁTICA

Renato da Silva Bueno

DIRETOR GERAL

Wander Araújo Motta

ATAS PLENÁRIAS

ATA DA 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS CONVOCADA PARA DEBATER E TOMAR PROVIDÊNCIAS ACERCA DOS REFLEXOS DA PRIVATIZAÇÃO DA EMPRESA AMAZONAS ENERGIA S/A E OS PREJUÍZOS SOFRIDOS PELA POPULAÇÃO. 1ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 22 DE MAIO DE 2023. PRESIDENTE: SINÉSIO CAMPOS.

Às dez horas e vinte minutos do dia vinte e dois de maio do ano dois mil e vinte e três, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar **SINÉSIO CAMPOS**, ausentes os demais. **O Senhor Presidente** explicou se tratar de uma **Audiência Pública convocada para debater e tomar providências acerca dos reflexos da privatização da Empresa Amazonas Energia S/A e os prejuízos sofridos pela população, conforme Requerimento n.º 1144/2023, de sua autoria. Convidou para compor a Mesa as autoridades:** Márcio Zimmermann, Diretor-Presidente da Amazonas Energia; Tayana Rubim, Secretária-Executiva da Sedecti; Rômulo da Silva Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Envira; Marlos José Nogueira Monteiro, Presidente da Câmara Municipal de Barcelos; Senildo Bittencourt, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Nhamundá; Alesson Leão, Presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Amazonas/AEAA; Rádyr Gomes de Oliveira, Diretor-Técnico do Interior e Diretor de Relações Institucionais da Amazonas Energia S/A; Kelly Ambrósio Neto, Presidente da Associação dos Ex-Empregados e Empregados Públicos da Eletrobras Amazonas/Aeepeam; Luiz Coderch, representando o Movimento em Defesa do Povo; Josehilton Albuquerque, Presidente do Sindicato dos Urbanitários; Júnior Andrade, Vice-Prefeito de Boa Vista do Ramos; Cássio Carvalho, Assessor Político do Instituto de Estudos Socioeconômicos; Mizael Souza, Presidente da Associação dos Ex-Empregados e Empregados da Eletrobras Piauí (os dois últimos de forma virtual). **Com a palavra, a Senhora Kelly Ambrósio** pediu aplausos ao Deputado Sinésio por encampar a luta e apresentou, por meio de slides, a história da Amazonas Energia evidenciando que muitos servidores se dedicaram à empresa para que ela se tornasse o que é hoje e passaram por muitos sofrimentos, já que algumas usinas ficavam embaixo d'água nas cheias. Explicou ainda que a empresa iniciou em 1950 com o nome de Centrais Elétricas de Manaus, passando depois a ser dividida em duas empresas e, em 2008, foi unificada na Empresa Amazonas Energia e, em 2019, houve a privatização e, com isso, começou a demissão em massa de empregados em um total de 1100. Relatou a sua própria história como servidora da Instituição que, mesmo fazendo concurso público, foi demitida e condenou a venda da empresa pelo valor simbólico de cinquenta mil reais. Informou que em 11 de setembro de 2018, com a desverticalização da

Amazonas Energia, os funcionários entraram com uma ação que foi aceita no Ministério Público, porém parou de tramitar e, por isso, os funcionários precisam da intervenção da Casa. Afirmou que houve prejuízo aos empregados na desverticalização e na privatização da empresa, não existindo impessoalidade e isonomia gerando ilegalidade ao processo com perdas salariais e com demissões de pessoas com mais de quarenta e cinco anos durante a pandemia. Sugeriu que a Assembleia fizesse uma Comissão para verificar a “saúde financeira” da Amazonas Energia, uma vez que a empresa poderia vir à falência. **Após, o Senhor Josehilton Albuquerque** rememorou a luta pela não privatização do setor elétrico, visto que só traria malefícios ao consumidor e pontuou que os funcionários qualificados foram demitidos permanecendo uma rotatividade grande que leva a uma insegurança no sistema. Assegurou que houve perdas irreparáveis não só aos funcionários, mas também ao serviço prestado, visto que os trabalhadores contratados não têm tanta qualificação. **Neste momento, o Presidente Sinésio Campos** registrou a presença dos Vereadores Milton Tavares, Renan Barbosa, Klelson Alves, Estevão Garrido, da Senhora Mineia Santana, representando a Associação dos Municípios, e da Vereadora Raica Lacerda. **Na continuidade, o Senhor Cássio Carvalho** fez algumas ponderações acerca dos malefícios da privatização explicando que, em todo o Brasil, ocorrem situações parecidas com as que estão acontecendo no Amazonas como péssimo serviço e falta de compromisso com os funcionários. **Como orador seguinte, o Senhor Mizael Souza** afirmou que, com a privatização, os funcionários foram demitidos de forma injusta, não tendo os seus direitos respeitados e que não foram aproveitados pela empresa apesar de serem extremamente qualificados. **Após, o Senhor Senildo Bittencourt** discorreu sobre as dificuldades enfrentadas pelo Município de Nhamundá onde várias comunidades passam até quinze dias sem energia. Propôs uma Audiência Pública na sua cidade, uma vez que a população interiorana é muito afetada pelo péssimo serviço da Amazonas Energia e agradeceu ao Deputado Sinésio Campos por estar à frente da causa. **Da plateia, os Senhores: Manoel Costa, representando os moradores do Conjunto Ajuricaba,** manifestou gratidão ao Deputado Sinésio Campos pela oportunidade e reiterou, como Líder Comunitário, o posicionamento contrário à instalação dos medidores aéreos e à empresa Amazonas Energia; **Klelson Alves, Presidente da Câmara Municipal de Barreirinha,** explicitou o desserviço que a Empresa presta no interior do Amazonas, citando a cidade de Barreirinha e suas Comunidades e o quanto o povo tem sofrido com a falta de responsabilidade da Amazonas Energia com os clientes; **Adolfo Tavares, Vereador de Barreirinha,** repudiou a taxa cobrada dos consumidores pelos Cartórios quando têm a dívida protestada pela Amazonas Energia denunciando que, às vezes, a conta já está paga e, mesmo assim, a empresa encaminha ao Cartório. Questionou se a Usina de Barreirinha iria ser desligada, visto que o Município é imenso e a Empresa só tem uma lancha, ou seja, quando ocorre falta de energia, devido à distância, demora bastante chegar às localidades. Pediu ao Deputado Sinésio que fizesse uma Audiência Pública em Barreirinha; **Elaine Belota, moradora do São Raimundo,** desabafou que o povo não aguenta mais ser explorado pela Empresa, que os trabalhadores buscam estar quites com a Concessionária, no entanto o serviço é precário e que não se deve

mais discutir a instalação dos medidores aéreos porque existe a Lei n.º 3.024/2023 que proíbe os medidores, como também a constante manutenção nos bairros com falta de energia; **Edney, representando os moradores do Japiim**, pediu uma menção honrosa aos funcionários da empresa que trabalharam arduamente durante a pandemia, ratificou que o seu bairro é contra a instalação dos medidores aéreos e indagou se a Empresa possui Conselho porque são muitas as denúncias de advogados que ameaçam a população, bem como exigiu um trabalho social por parte da Instituição; **Daniel, advogado dos ex-empregados da Amazonas Energia**, parabenizou o Deputado Sinésio Campos pela discussão e culpou a privatização pela precariedade do serviço, desrespeito aos consumidores e aos funcionários. Informou que seu escritório possui mais de quatro mil ações contra a Empresa e que ela apenas protela os processos a fim de não pagar os trabalhadores e propôs que o Deputado Sinésio, por meio de uma Frente Parlamentar, pudesse lutar pela reestatização da Empresa, pois dessa forma todos os direitos seriam garantidos; **Reginaldo Pinheiro, engenheiro e advogado**, concordou com todas as acusações aludidas à Amazonas Energia e mencionou que como empregado da Empresa percorreu todo o interior do Estado e convocou o senhor Radyr a permanecer do lado dos trabalhadores, visto que foi o único ex-funcionário a se tornar diretor. **Com a palavra, o Senhor Luiz Coderch** reprovou as atitudes da Amazonas Energia que não compensa os consumidores pelas perdas e expôs uma série de denúncias contra a Empresa, exibindo no telão fotos com erros na instalação dos medidores aéreos e mencionando, inclusive, a cobrança a mais nas contas detectada pelo Inmetro quando inspecionou os medidores, o desrespeito com os funcionários e o descaso com os clientes. Concluiu entregando ao Deputado Sinésio Campos um Documento-Denúncia sobre a Amazonas Energia solicitando providências. **Neste momento, o Deputado Sinésio Campos exigiu da Amazonas Energia reparo moral pelo fato de o medidor ter sido retirado de sua residência, sem qualquer notificação, e não foi encontrada nenhuma ilegalidade no contador. Informou ainda que esteve em Urucará, neste final de semana, e não tinha energia e que a própria Assembleia Legislativa tem tido interrupção de energia e só não fica no escuro porque tem gerador. Sugeriu que a Empresa retirasse a propaganda criminosa da televisão por ser uma afronta à população e que dialogasse com os funcionários e com os clientes, abandonando definitivamente a ideia de instalar os medidores aéreos e escolhendo os medidores inteligentes que avisam quando acontece algum sinistro na rede elétrica. afirmou que tomará todas as providências necessárias a fim de fazer as Audiências Públicas nos Municípios. Após, o Senhor Alesson Leão** concordou que a Empresa precisa ouvir mais a população e manter o diálogo aberto, atendendo aos consumidores com eficiência. **Como orador seguinte, o Senhor Marlos José Nogueira** elencou os problemas de energia enfrentados em Barcelos e a tarifa cara cobrada, solicitando a revisão da privatização com foco no povo e não na Empresa. **Dando prosseguimento, o Senhor Márcio Zimmermann** assegurou que a Amazonas Energia é uma Concessionária que tem por objetivo prestar o melhor serviço e explicou que pediu ao Deputado Sinésio Campos que fizesse da Comissão de Minas e Energia um Fórum contínuo para que a Empresa pudesse dialogar com a

população. Rememorou a sua trajetória à frente da Eletrobras e **respondeu a alguns questionamentos, a saber: em relação à desverticalização**, esclareceu que o Amazonas foi o último Estado a fazer o processo por estar isolado e que a ligação do Estado ao Linhão do Tucuruí melhorou a energia no interior; **no que diz respeito à qualidade do serviço**, observou que a Aneel fiscaliza de forma criteriosa a Concessionária; **no que tange à privatização**, foi uma tendência mundial e começou em 1996 no Governo de FHC, ponderando que antes da privatização o serviço era bem pior; **em relação aos funcionários**, salientou que a Concessionária prima pela qualificação de seus empregados até porque, no setor elétrico, se não houver trabalhadores eficientes, logo é visto por todos. **Neste momento, o Presidente Sinésio Campos interveio** e perguntou acerca do Luz para Todos que é um Programa do Governo Federal inserido em uma Instituição Privada questionando quanto entra de recursos e quais são as prioridades da empresa, já que não há mais Comitê Gestor e a Concessionária não é uma Parceria Público-Privada. **Em resposta, o Senhor Márcio esclareceu** que o Luz para Todos, quando foi implantado, visava extensão de rede e orientava haver Comitê Gestor que depois foi extinto e que a Empresa recebe recursos públicos visando investir para que todos tenham acesso à energia e que há uma fiscalização eficiente do Ministério de Minas e Energia. **Retomando a sua explanação, o Senhor Márcio** afirmou que o SMC está sendo usado em 14 Estados brasileiros, com mais de três milhões de usuários e que a Amazonas Energia fez um estudo em que foi detectado que o Amazonas tem uma maior perda de energia, dando como exemplo Roraima em que foi possível diminuir as perdas, porém não houve sucesso no Amazonas. Por conta disso, a opção foi usar os medidores aéreos visando minimizar os danos ao consumidor. **Em relação aos erros apresentados na instalação dos medidores**, pediu que fosse representado formalmente à Empresa que ela responderá junto à Aneel. **No que diz respeito ao aumento da tarifa, explicou** que a tarifa é regulada pela Aneel e não é decidida pela Amazonas Energia e opinou que a sobrecarga da tarifa se deve ao fato de que as Concessionárias recentemente ligadas ao Linhão precisam investir mais e isso é retirado da tarifa. **No que tange aos medidores em que foi encontrado problema pelo Inmetro**, garantiu que não se tratava de SMC e sim de um outro tipo de medidor. **Neste momento, o Deputado Sinésio Campos interveio** e relatou que na CPI foi comprovado que a Amazonas Energia cobrava além do que era consumido e houve um comprometimento da Empresa de ressarcir os consumidores lesados. E perguntou quem é o dono da Amazonas Energia, se existe um proprietário ou são apenas acionistas? E acrescentou que a Aneel já afirmou que a Empresa corre o risco de perder a concessão e questionou se ela tem capital. **Em resposta, o Senhor Márcio** fez algumas divagações e explicitou que a Amazonas Energia está sujeita à intervenção, caso não cumpra tudo o que está previsto no Contrato e, para isso, a Aneel fiscaliza. **Com relação ao dono**, solicitou que fosse feita uma pesquisa simples na Junta Comercial em que poderia verificar o nome Oliveira Energia. **De imediato, o Presidente leu uma informação divulgada na Mídia de que a Amazonas Energia poderia dar calote em investidores estrangeiros no valor de 7,3 bilhões de reais e questionou sobre as demandas do interior. Em resposta, o Senhor Márcio** argumentou que não

se baseia em imprensa e não discute notícias sem fundamento. Salientou que as demandas poderiam ser encaminhadas à Aneel e explicou que houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal considerando a Lei dos Medidores Aéreos, aprovada pela Assembleia, inconstitucional e da Câmara poderia ser contestada porque para chamar de poluição visual os medidores, deveria então haver somente rede subterrânea em Manaus o que é muito caro. **Após, o Presidente** pediu que fosse encaminhado por escrito à Comissão de Minas e Energia tudo o que foi colocado na reunião e pediu uma reparação da empresa em relação à propaganda televisiva que chama o povo do Amazonas de criminoso por não querer os medidores aéreos. Leu dois itens de um Ofício da Aneel em que afirma que a Concessionária tem dívidas, perdas técnicas e foi pedido que a Empresa apresentasse um Plano de Resultados. **Na sequência, o Senhor Radyr prometeu** que enviaria a resposta de todas as indagações realizadas durante a Audiência, por escrito, à Comissão de Geodiversidade, Recursos Hídricos, Gás, Minas, Energia e Saneamento da Casa. **A caminho do fim, o Presidente Sinésio Campos** agradeceu a presença de todos e reiterou a necessidade de diálogo da Empresa com os ex-funcionários e com os consumidores. **Nada mais ocorrendo**, encerrou a Reunião e **convocou a Sessão Especial de logo a seguir**. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

ATA DA 33ª SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS EM HOMENAGEM AO DIA NACIONAL DO ENFERMEIRO E AO DIA INTERNACIONAL DA ENFERMAGEM. 1ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 11 DE MAIO DE 2023. PRESIDENTE: DOUTOR GOMES.

Às doze horas e dez minutos do dia onze de maio do ano dois mil e vinte e três, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar **DOUTOR GOMES**, com a presença do Deputado Sinésio Campos, ausentes os demais. **O Senhor Presidente** explicou se tratar de uma **Sessão Especial convocada em homenagem ao Dia Nacional do Enfermeiro e ao Dia Internacional da Enfermagem**, conforme Requerimentos n.º 29/2023, de autoria do Deputado Sinésio Campos, n.º 1114/2023, de sua autoria, n.º 1691/2023, de autoria da Deputada Alessandra Campêlo, e n.º 1779/2023, de autoria do Deputado Roberto Cidade. **Convidou para compor a Mesa as autoridades:** Leandro Silva Pimentel, Secretário-Executivo Adjunto da Capital da Secretaria de Estado de Saúde/SES, representando Governador Wilson Lima; Aldenize Araújo de Souza, Secretária-Executiva de Gestão da Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, representando o Prefeito David Almeida; Sinésio Campos, Deputado Autor da Propositura; Sandro André, Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas/Coren; Alessandra C. Lima, Coordenadora de Residência do HUGV representando a Ufam; Manoel Luiz Neto, Coordenador Chefe de Enfermagem, representando a UEA; Tatiana Franco dos S. Guedes, Vereadora da Câmara

Municipal de Borba; Maria Adelaide da S. Amorim, Secretária de Saúde do Município de São Gabriel da Cachoeira; Shirleia Maria Carvalho de Sá, Gerente de Enfermagem da Aleam; Daniel Roger, médico. **Ato contínuo**, todos de pé, ouviram a execução do Hino Nacional brasileiro pelo cantor Fabrício Cromwell. **Após**, foi exibido um vídeo em alusão à Enfermagem. **Com a palavra, o Deputado Sinésio Campos** justificou a iniciativa e destacou a relevância do papel dos enfermeiros nos Centros de Saúde, argumentando que considerava os profissionais guardiães da vida principalmente na época da pandemia. Defendeu as reivindicações da categoria, colocando seu mandato à disposição, e felicitou pelo dia. **Como orador seguinte, o Deputado Doutor Gomes** reportou-se à importância do trabalho dos enfermeiros na sociedade em prol da saúde da população, bem como pediu aplausos aos enfermeiros do Amazonas e do Brasil por exercerem uma função tão indispensável ao bem-estar das pessoas. Concluiu lendo o histórico da enfermagem desde o seu surgimento até os dias atuais. **Na sequência, o Presidente** entregou **Placas Comemorativas** ao Senhor Jucinei S. Silva, Enfermagem Assistencial; e às Senhoras Tatiana Santos Guedes, Vereadora de Borba e Gerente na Unidade Hospitalar “Vó Mandoca”; Michelen Freitas de Almeida, Gerente do Ambulatório da Fundação Hospital Adriano Jorge/FHAJ. **Neste instante, o Deputado Sinésio Campos justificou a ausência da Senhora Valcimesa que não conseguiu chegar a tempo**. **Após, a Jornalista Thereza Pinheiro** proferiu a chamada nominal dos homenageados que receberam Certificados. **Dando prosseguimento, o Enfermeiro Jucinei Silva** externou gratidão pela homenagem e procedeu à leitura de um texto alusivo aos referidos profissionais. Rememorou situações adversas enfrentadas no auge da Covid-19 e salientou os desafios a serem conquistados pela categoria. **Na continuidade, o Senhor Leandro Silva Pimentel** felicitou todos os profissionais em nome do Governador Wilson Lima e do Secretário Anuar Samad e elencou os avanços que o Governo tem realizado na área da saúde. **A caminho do fim, o Presidente** agradeceu a presença de todos, justificou a ausência do Deputado Roberto Cidade e da Deputada Alessandra Campêlo e reiterou que a homenagem era justa e merecida. **Nada mais ocorrendo**, encerrou a Reunião e **convocou a Sessão Especial de segunda-feira às 13h**. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

ATA DA 34ª SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS EM HOMENAGEM AOS 23 ANOS DO DIA NACIONAL DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. 1ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 15 DE MAIO DE 2023. PRESIDENTE: JOÃO LUIZ.

Às treze horas e trinta minutos do dia quinze de maio do ano dois mil e vinte e três, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar **JOÃO LUIZ**,

ausentes os demais. **O Senhor Presidente** explicou se tratar de uma **Sessão Especial convocada em homenagem aos 23 anos do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração de Crianças e Adolescentes, conforme Requerimento n.º 1560/2023, de sua autoria. Convidou para compor a Mesa as autoridades:** Jussara Pedrosa Celestina da Costa, Secretária de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, representando o Governador do Estado; Joana dos Santos Meirelles, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e Coordenadora da Infância e Juventude; Rodrigo Miranda, Promotor representando o Ministério Público do Amazonas; Stefanie Sobral, Defensora Pública representando o Defensoria Pública do Estado do Amazonas; Yone Silva Gurgel Cardoso, Juíza Auxiliar da Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região; Maria das Graças Soares Prola, Subsecretária de Políticas Afirmativas para as Mulheres e Direitos Humanos, representando a Semasc; Eliezer Fernandes Júnior, Juiz do Juizado da Infância e Juventude Infracional, membro do grupo de trabalho Conselho Nacional de Justiça/CNJ; Joyce Coelho Viana, Delegada da Depca; Doutor Luiz Cláudio Chaves, Vice-Presidente dos Magistrados do Amazonas; Antônio Rondon, Delegado Titular da Delegacia Especializada em Repressão a Crimes Cibernéticos/DERCC; Thandra Pessoa de Sena, Presidente da Comissão de Proteção à Criança e ao Adolescentes da OAB; Alcione Reis, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente. **Ato contínuo**, todos de pé, ouviram a execução do Hino Nacional Brasileiro executado pela Banda Marcial da Escola Estadual de Tempo Integral Petrônio Portela, sob a regência do Maestro Welington Brito. **Na sequência**, foi apresentado um vídeo institucional socioeducacional e após foi realizada a apresentação da peça teatral “A Teia”, produzida pela Instituição Mamãe Margarida, sob a direção do Senhor Leonel. **Neste momento, o Presidente da Sessão** registrou a presença do Senhor Davi Nunes, Presidente do Liceu de Artes, representando a SEC; e da Professora Ângela Simão, representando o Curso de Direito da Uninilton Lins; Promotora de Justiça Romina Carmem Brito Carvalho; Doutora Dinah Câmara Fernandes, Juíza da 1ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes; Doutora Lúcia Correa Viana, Presidente da Associação de Mulheres na Justiça. **Com a palavra, o Deputado João Luiz** parabenizou todas as artistas da Mamãe Margarida pela apresentação e cumprimentou todos da Mesa. Salientou a necessidade de promoção de políticas públicas para a primeira infância, cujo período é propício ao desenvolvimento cultural, desportivo, de serviço social, da inclusão digital, o que evita a destruição social e pontuou sua participação em um fórum nos EUA no qual compôs o GT Asiático sobre educação e pôde compreender que o investimento na infância é crucial para a garantia de futuro e estabilidade social, o que combate à criminalidade e à miséria humana. Destacou os Projetos de Lei, de sua autoria, que buscam promover a proteção e a garantia dos direitos da infância e juventude, tais como de campanha permanente de conscientização contra a erotização; a implantação do APP “Infância Protegida” de denúncia aos crimes contra a infância e afirmou que diariamente pede a Deus que proteja as crianças e as livre dos criminosos e abusadores, assim como o fez com Moisés e Jesus registrado na Bíblia Sagrada. **Dando prosseguimento**, foram entregues **Placas**

Comemorativas às Senhoras Joana dos Santos Meirelles, Jussara Pedrosa Celestina da Costa, Romina Carmem Brito e Joyce Coelho pelos serviços prestados em defesa à infância e à juventude no Amazonas. **A seguir, a Jornalista Thereza Pinheiro** procedeu a leitura dos nomes dos homenageados que receberam Certificados. **Após, o Senhor Luiz Cláudio Chaves** explicitou a dificuldade do trabalho em defesa das crianças e adolescentes e reconheceu que são desafios contra a dignidade humana que tiram a paz dos Magistrados, bem como fazer a justiça chegar aos recantos do Amazonas, **Continuando, a Desembargadora Joana dos Santos Meirelles** saudou a Mesa em nome da Presidente do Conselho Municipal de Defesa à Criança e ao Adolescente e externou sua alegria por estar em um evento de alusão à Lei de combate à exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes, e ressaltou que exercendo a função de Coordenadora da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Amazonas se comprometeu a apoiar a Rede e que apesar de pouco tempo à frente da Coordenação se sente impelida e comprometida em contribuir de todo o coração com a proteção às crianças e aos adolescentes no Amazonas. **Após, a Senhora Jussara Pedrosa, representando o Governador Wilson Lima**, externou o compromisso do Governo em traçar estratégias para combater o abuso e a exploração sexual e elencou as ações em prol da causa. **A caminho do fim, o Presidente João Luiz** registrou que no dia 18 de maio haverá o lançamento da Cartilha Digital da Criança e Adolescente no site da OAB e, posteriormente, o lançamento da cartilha física convidando todos os presentes a disseminar a cartilha em todo o Amazonas, incluindo o Festival Folclórico de Parintins no mês de junho. **Ato contínuo, a Banda Marcial** executou a música “Descobridor dos Sete Mares”. **Nada mais ocorrendo**, encerrou a Reunião e **convocou a Sessão Ordinária de amanhã à hora regimental. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega**, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO**DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº02/2023 - ALEAM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, Deputado Roberto Maia Cidade Filho, e o Diretor-Geral desta Casa, o Senhor Wander Araújo Motta, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO os documentos que instruem o processo administrativo n.º 2023.100000.00000.0.000011, referentes ao Pregão Presencial n.º 02/2023 – ALEAM/SRP, objetivando a formalização de Ata de Registro de Preços para eventual contratação de fornecimento de gêneros alimentícios, descartáveis e carga de gás liquefeito de petróleo (GLP), conforme especificações e quantitativos definidos em termo de referência, parte integrante do Edital de fls. 99/157;

CONSIDERANDO o Despacho de fl. 44 exarado nos autos durante a fase interna do procedimento licitatório;

CONSIDERANDO, em especial, o Parecer Jurídico n.º 028/2023 (fls. 86/89), da Procuradoria desta Casa, que se manifestou no sentido de que o procedimento administrativo para abertura do certame licitatório, na forma apresentada nos autos, guarda harmonia com o ordenamento jurídico, estando igualmente a minuta do Edital e seus anexos, em conformidade com a Lei n.º 8.666/93 e com os demais instrumentos legais citados, opinativo este submetido ao crivo do Procurador Geral Adjunto, conforme despacho de fl. 98;

CONSIDERANDO o teor da Ata da Sessão Pública (fls. 392/419), relatando o transcurso da licitação, cujos itens, ao final, foram adjudicados pelo pregoeiro à empresa NF COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, com exceção dos itens 30 e 33, fracassado e deserto, respectivamente;

CONSIDERANDO a proposta de preços (negociada) apresentada pela empresa adjudicatária acima mencionada (fls. 421/424), bem como as informações contidas no Memorando nº 19/2023-CPL (fl. 433);

CONSIDERANDO o Parecer da Auditoria nº 644/2023 (fls. 437/441), que se manifesta favoravelmente à homologação do certame, nos termos do art. 4º inciso XXII, da Lei nº 10.520/02.

RESOLVEM:

HOMOLOGAR, nos termos do art. 4º, XX e XXII da Lei nº 10.520/2002, o Pregão Presencial nº 02/2023 – ALEAM, para Formação de Registro de Preços, tipo menor preço por item, de que tratam os autos do Processo n.º 2023.100000.00000.0.000011, tendo como adjudicatária a empresa NF COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, CNPJ Nº 04.941.705/0001-64, vencedora do certame, conforme Ata da Sessão Pública de (fls. 392/419) e proposta de preços (fls. 421/424), da seguinte forma: Item 1 – Café em pó torrado e moído sem misturas, de 1ª qualidade, aspecto cor, odor e sabor próprios, embalado em pacote do tipo almofada contendo no mínimo 500g. Selo de pureza ABIC, marca: Manaus. Quantidade: 14.900 unidades. Valor Unitário: R\$ 18,00; Item 2 – Açúcar do tipo cristal, embalado em pacote contendo 1 kg, marca: Sonora. Quantidade: 12.800 unidades. Valor Unitário: R\$ 4,12; Item 3 – Leite em pó 100% integral, embalado em pacote contendo 400g, marca Du Leite. Quantidade: 12.500 unidades. Valor Unitário: R\$ 16,61; Item 4 – Adoçante líquido, a base de sucralose,

envasado em frasco contendo no mínimo 100 ml, marca Zero Cal. Quantidade: 80 Unidades. Valor Unitário: R\$ 5,00; Item 5 – Chá sabor erva doce, embalado em caixa contendo 10 sachês (cada sachê com no mínimo 1g. do produto), marca Chã Leão. Quantidade: 360 caixas. Valor Unitário: R\$ 6,50; Item 6 – Chá sabor hortelã, embalado em caixa contendo 10 sachês (cada sachê com no mínimo 1g. do produto), marca: Chã Leão. Quantidade: 360 caixas. Valor Unitário: R\$ 6,15; Item 7 – Chá sabor boldo, embalado em caixa contendo 10 sachês (cada sachê com no mínimo 1g. do produto), marca Chã Leão. Quantidade: 360 unidades. Valor Unitário: R\$ 6,15; Item 8 – Chá sabor camomila, embalado em caixa contendo 10 sachês (cada sachê com no mínimo 1g. do produto), Marca Chã Leão. Quantidade: 360 caixas. Valor Unitário: R\$ 6,85; Item 9 – Chá sabor cidreira, embalado em caixa contendo 10 sachês (cada sachê com no mínimo 1g. do produto), Marca Chã Leão. Quantidade: 360 caixas. Valor Unitário: R\$ 6,85; Item 10 – Chá sabor gengibre com mel, embalado em caixa contendo 10 sachês (cada sachê com no mínimo 1g. do produto), Marca: Barão. Quantidade: 200 caixas. Valor Unitário: R\$ 5,00; Item 11 – Água mineral natural sem gás, envasada em garrafa plástica contendo 360 ml a 380 ml, Marca Puríssima. Quantidade: 280.000 unidades. Valor Unitário: R\$ 0,70; Item 12 – Água mineral natural com gás, envasada em garrafa plástica contendo 360 ml a 380ml, Marca Puríssima. Quantidade: 19.400 unidades. Valor Unitário: R\$ 0,90; Item 13 – Água tônica gaseificada, envasada em lata de alumínio contendo 350 ml, marca Antártica. Quantidade: 2.000 unidades. Valor Unitário: R\$ 1,80; Item 14 – Refrigerante sabor cola envasado em lata de alumínio com 350 ml. Marca-referência indicativa de parâmetro de qualidade: Coca-cola, Marca Coca-cola. Quantidade: 2.000 unidades. Valor Unitário: R\$ 3,76; Item 15 – Refrigerante sabor cola, do tipo “zero” açúcar, envasado em lata de alumínio contendo 350 ml. Marca-referência indicativa de parâmetro de qualidade: coca-cola., Marca Coca-cola. Quantidade: 2.000 unidades. Valor Unitário: R\$ 3,76; Item 16 – Refrigerante sabor laranja, envasado em lata de alumínio contendo 350 ml. Marca-referência indicativa de parâmetro de qualidade: Fanta Laranja, Marca Coca-cola. Quantidade: 2.000 unidades. Valor Unitário: R\$ 3,76; Item 17 – Refrigerante sabor laranja, envasado em lata de alumínio contendo 350 ml. Marca-referência indicativa de parâmetro de qualidade: Fanta Laranja, Marca Coca-cola. Quantidade: 2.000 unidades. Valor Unitário: R\$ 3,10; Item 18 – Refrigerante sabor Limão, envasado em lata de alumínio contendo 350 ml, Marca Cocacola. Quantidade: 2.000 unidades. Valor Unitário: R\$ 3,10; Item 19 – Suco natural de sabor tangerina, envasado em caixa (do tipo tetrapak) contendo 1 litro, marca Villa Piva. Quantidade: 1.360 Unidades. Valor Unitário: R\$ 13,50; Item 20 – Suco natural de sabor goiaba, envasado em caixa (do tipo tetrapak) contendo 1 litro, marca Vita Suco. Quantidade: 1.360 Unidades. Valor Unitário: R\$ 9,00; Item 21 – Suco natural de sabor laranja, envasado em caixa (do tipo tetrapak) contendo 1 litro, marca Vita Suco. Quantidade: 1.360 unidades. Valor Unitário: R\$ 9,00; Item 22 – Achocolatado em pó, de 1ª qualidade, aspecto cor, odor e sabor próprio, embalado em pacote contendo 1,05kg, marca Nescau. Quantidade: 60 pacotes. Valor Unitário: R\$ 13,00; Item 23 – Café solúvel granulado acondicionado em embalagens resistentes e higiênicas contendo 500g, Marca Pílão. Quantidade: 60 pacotes. Valor Unitário: R\$ 22,00; Item 24 – Leite em pó desnatado instantâneo; contendo 280g; 100% de origem animal, marca Nestlé. Quantidade: 60 latas. Valor Unitário: R\$ 19,00; Item 25 – PRATO fundo descartável, na cor totalmente branca, medindo 23 cm de diâmetro, fabricado em plástico poliestireno e pigmento atóxico, Marca Copobras. Quantidade: 1.200 unidades. Valor Unitário: R\$ 0,65; Item 26 – PRATO raso descartável, na cor totalmente branca, medindo 15 cm de diâmetro, fabricado em plástico poliestireno e pigmento atóxico, marca Copobras. Quantidade: 1.200 unidades. Valor Unitário: R\$ 0,30; Item 27 – Garfo máster descartável, na cor totalmente branca, medindo 16 cm de comprimento, fabricado em plástico poliestireno e pigmento atóxico, marca StrawPlast. Quantidade: 1.200 unidades. Valor Unitário: R\$ 0,33; Item 28 – Faca máster descartável, na cor totalmente branca, medindo 16 cm de comprimento, fabricado em plástico poliestireno e pigmento atóxico. StrawPlast. Quantidade: 1.200 unidades. Valor Unitário: R\$ 0,30; Item 29 – Colher máster descartável, na cor totalmente branca, medindo 16 cm de comprimento, fabricado em plástico poliestireno e pigmento atóxico, marca StrawPlast.. Quantidade: 1.200 unidades. Valor Unitário: R\$ 0,30; Item 31 – Copos descartáveis, na cor predominantemente branca, com capacidade para 180 ml de volume, fabricado em plástico poliestireno e pigmento atóxico. Complemento: 75 caixas cada uma com 2.500 unidades, marca copobras. Quantidade: 75 caixas. Valor Unitário: R\$ 185,00; Item 32 – Copos descartáveis, na cor predominantemente branca, com capacidade para 50 ml de volume, fabricado em plástico poliestireno e pigmento atóxico. Complemento: 20 caixas cada uma com 5.000 unidades, Marca Copobras. Quantidade: 20 caixas. Valor Unitário: R\$ 150,00. Obs: Certame fracassado para o item 30 e deserto para

o item 33, conforme registrado na Ata de Sessão Pública (fls. 392/419) e no Memorando nº 19/2023-CPL (fl. 433).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 16 de junho de 2023.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

(Assinado Digitalmente)
Deputado ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Presidente da ALE/AM

(Assinado Digitalmente)
WANDER ARAÚJO MOTTA
Diretor-Geral

CONSUMO CONSCIENTE

EVITE IMPRIMIR, UTILIZE O ALEAM DIGITAL PARA TRAMITAR DOCUMENTOS COMO OFÍCIOS E MEMORANDOS.



**Solicite o
seu cadastro**



**Acesse o
sistema**



**Tramite os
documentos**

SUPOORTE AO USUÁRIO
[4340 ou 4341]



<http://aleam.ikhon.com.br/>

**O consumo de papel
pode representar até**

60%

**das despesas com
material de expediente
da Assembleia.**

**EVITE O
DESPERDÍCIO**



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA DO AMAZONAS

/ ASSEMBLEIAAM
WWW.ALE.AM.GOV.BR